

Exposição que relembra crimes contra povos indígenas no século XX está disponível em ambiente virtual

A mostra *Respeito ou Repetição?* reúne imagens e documentos que retratam o período de política de integração forçada dos indígenas no Brasil



Arte: Secom/PGR

A partir desta sexta-feira (12), a exposição *Respeito ou Repetição?* A história que não se quer reviver, da Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal (6CCR/MPF), estará disponível para visitação online no Centro de Referência Virtual Indígena, do Armazém Memória. O evento apresenta as terríveis consequências da política de integração forçada dos indígenas no Brasil, a partir de crimes cometidos contra esses povos durante o século

XX.

A mostra itinerante foi lançada em abril do ano passado, na sede da Procuradoria-Geral da República, onde ficou em cartaz para visitação no Memorial MPF, seguindo para o Memorial dos Povos Indígenas de Brasília. Neste ano, passaria pela Universidade de Brasília e pela Câmara dos Deputados, no entanto, em decorrência da pandemia do novo coronavírus, as exposições programadas foram canceladas. Por isso, a 6CCR, em parceria com o Armazém Memória – que fez a curadoria da exposição –, criou a galeria virtual que reúne as fotografias, os relatos e os documentos históricos que mostram as atrocidades sofridas pelos indígenas no século passado, em uma parte da história ainda pouco conhecida.

Segundo o coordenador da 6CCR, subprocurador-geral da República Antonio Carlos Bigonha, a exposição revela como o integracionismo importou em verdadeiro genocídio indígena. “O resultado desastroso dessa política de integração forçada está exposto aqui, para que todos tirem suas próprias conclusões. A mostra pretende refrescar a memória das pessoas sobre uma página da história que não podemos esquecer e não queremos reviver”, afirmou.

A exposição virtual estará disponível por tempo indeterminado. Nela, os internautas terão acesso ao vídeo do lançamento oficial da mostra, em 2019, e poderão baixar os arquivos para organizar sua própria exposição em respeito aos povos indígenas do Brasil e seus direitos

constitucionais à terra, cultura, organização social e vida plena.

Acervo - O acervo também reúne alguns dos resultados das apurações conduzidas pela Comissão Nacional da Verdade sobre as violações de direitos de indígenas e traz informações sobre a atuação do MPF nesses casos, em busca de reparação. Entre os documentos apresentados, estão trechos do Relatório Figueiredo, produzido em 1967 a partir de investigação conduzida pelo procurador Jader de Figueiredo Correa, do extinto Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), a pedido do próprio governo militar. Jader percorreu mais de 16 mil quilômetros em missão oficial, entrevistou dezenas de agentes do Serviço de Proteção Indígena (SPI) e visitou mais de 130 postos indígenas. Em mais de sete mil páginas, registrou massacres e atrocidades cometidos contra indígenas por funcionários do SPI, políticos e latifundiários. A divulgação do documento chocou o Brasil e o mundo, motivando a extinção do SPI e a criação da Fundação Nacional do Índio (Funai).

[Acesse aqui a exposição Respeito ou Repetição? A História que não se Quer Reviver](http://armazemmemoria.com.br/respeito-ou-repeticao)
 [\(http://armazemmemoria.com.br/respeito-ou-repeticao\)](http://armazemmemoria.com.br/respeito-ou-repeticao)

Secretaria de Comunicação Social

Procuradoria-Geral da República

(61) 3105-6406 / 6415

pgr-imprensa@mpf.mp.br

facebook.com/MPFederal

twitter.com/mpf_pgr

instagram.com/mpf_oficial

www.youtube.com/tvmpf